



REMIÇÃO PELA LEITURA: SELEÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS PARA ALFABETIZAÇÃO CRÍTICA NA EJA EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Autor: Fátima Medeiros¹; Antonio Pereira²

¹ Mestranda em Educação de Jovens e Adultos (UNEB), Especialização em Estatísticas e Avaliação Educacional (UFJF), professora de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6637-8382>

E-mail: fatimacdm@gmail.com;

² Doutorado em Educação (UFBA), Docente da graduação e pós-graduação stricto sensu da UNEB, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6428-9454> E-mail:

antonyopereira@yahoo.com.br

**EIXO TEMÁTICO 4: EJA E DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTO DE
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

RESUMO

O presente trabalho objetivou discutir a relevância e os cuidados necessários à escolha de obras literárias para o desenvolvimento de rodas de leitura em contextos prisionais, especialmente voltadas a adultos e idosos em processo de alfabetização e para a garantia ao direito à remição pela leitura, definidas na Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Considerando o papel da literatura como instrumento formativo, transformador e humanizador, destaca-se a importância que a escolha dos livros deve ter com o conhecimento e consciência crítica dos estudantes, alcançando também aspectos éticos, sociais e políticos da realidade dos sujeitos privados de liberdade. A leitura literária, nesse contexto, torna-se um ato libertador e crítico, permitindo ao leitor reconstruir sentidos, compreender sua condição e refletir sobre questões sociais. Dessa forma, a seleção de obras literárias para estudantes em processo de alfabetização e privados de liberdade deve priorizar textos acessíveis, significativos e provocadores, capazes de fomentar o desenvolvimento da compreensão leitora, da criticidade e da expressão oral e escrita, respeitando o ritmo e o perfil de cada participante.

O estudo aqui apresentado partiu do seguinte problema: Como escolher obras literárias adequadas e significativas para adultos e idosos privados de liberdade, em processo de alfabetização, de modo que estas promovam o desenvolvimento da compreensão leitora, da criticidade e da reflexão sobre a vida e a sociedade, considerando as condições necessárias ao aproveitamento dessas leituras para remição da pena?

Assim, com o objetivo de apresentar critérios e cuidados necessários à escolha de obras literárias e das práticas de leitura em unidades prisionais, com vistas ao desenvolvimento da leitura, da escrita e do pensamento crítico de adultos e idosos privados de liberdade, em processo de alfabetização, que garantam produções, em atendimentos aos critérios definidos para a remição de pena pela leitura, o estudo apresenta os seguintes objetivos específicos: explicitar critérios pedagógicos que foram usados para seleção de obras literárias significativas, adequadas a adultos e idosos em processo de alfabetização, considerando a linguagem, o potencial de reflexão crítica e o respeito ao perfil dos estudantes; descrever processos, entendimentos e cuidados estabelecidos no



planejamento de atividades para serem desenvolvidos durante as rodas de leitura com intuito de promover a fluência leitora e desenvolvimento da criticidade; compreender como as rodas de leitura podem favorecer o diálogo, a reflexão e a transformação social dos participantes; explicitar as condições utilizadas para implementar as rodas de leitura, em sala de aula, com estratégias pedagógicas diversificadas, que despertem o interesse pela leitura e promovam envolvimento ativo dos estudantes pelos textos e temáticas; contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de remição de pena pela leitura com foco humanizador e pedagógico.

Referencial Teórico. O referencial teórico articula-se nos seguintes eixos: educação prisional e remição pela leitura, alfabetização de adultos e idosos na perspectiva crítica, seleção de literatura significativa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em alfabetização e rodas de leitura como metodologia dialógica e inclusiva.

Nesse sentido, a primeira questão é o entendimento sobre as Leis e Recomendações que dizem respeito à educação e remição de pena para privados de liberdade. Dentre elas, é preciso destacar a Lei Nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal (LEP) que estabelece o direito da pessoa privada de liberdade à educação, cultura, atividades intelectuais e o acesso a livros e bibliotecas; a Recomendação do CNJ Nº 44/2013 que regulamenta a remição pelo estudo e pela leitura, estabelecendo alguns critérios a serem observados e a Resolução Nº 391, de 10 de maio de 2021, do CNJ, que amplia a atenção da remição pela leitura para contemplar estudantes em processo de alfabetização, admitindo estratégias diferenciadas e outras forma de expressão para validação dos relatórios de leitura.

A partir desse entendimento, das condições estabelecidas na Resolução Nº391, do CNJ, sobre os requisitos diferenciados para estudantes que ainda não têm autonomia para realização de leituras e de escritas, e considerando o que Onofre (2016) alerta sobre as políticas educacionais em contextos prisionais, que frequentemente reproduzem exclusões, privilegiando quem já possui escolarização, a articulação entre educação e remição pela leitura deve ser ressignificada pedagogicamente, reconhecendo múltiplas formas de expressão da aprendizagem e a valorização dos progressos no processo de alfabetização.

Assim, a remição pela leitura, quando fundamentada em práticas educacionais consistentes e desenvolvida por profissionais da educação, que são lotados na unidade prisional, pode constituir reconhecimento legal do esforço educacional, sem reduzir a educação à instrumentalidade burocrática de agentes externos que queiram definir leituras sem considerar o perfil do aluno e o contexto prisional, solicitando relatório que privilegiem informes ou prescrições.

Importante lembrar que os textos literários devem dialogar com as experiências, os contextos socioculturais e as trajetórias de vida dos sujeitos, possibilitando a compreensão do mundo, o exercício do diálogo, a reflexão e a transformação dos sujeitos e da realidade que vivem. A escolha dos livros, portanto, não pode ser aleatória nem meramente recreativa ou descontextualizada, precisa ser criteriosa, fundamentada em objetivos formativos e emancipatórios, de modo a garantir que a literatura cumpra sua função política, humanizadora e crítica.

Segundo Freire (2024, p.139), “Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será.” Para educandos privados de liberdade em processo de alfabetização, essa perspectiva implica selecionar obras e planejar atividades que promovam não apenas decodificação, mas a consciência crítica sobre as realidades vividas e possibilidades de transformação. Esse princípio exige que a seleção de obras e



o planejamento de atividades reconheçam os educandos como sujeitos ativos, não como receptores passivos de conteúdos. Ainda fundamentado em Freire, o trabalho com a leitura com adultos e idosos em processo de alfabetização deve ter respeito aos saberes que eles trazem consigo, pois, como alerta Freire: "Por que não estabelecer uma 'intimidade' entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?" (FREIRE, 2025, p. 32).

Essa compreensão implica selecionar obras cujas temáticas dialoguem com experiências dos educandos e planejar atividades que valorizem suas contribuições, estabelecendo pontes entre seus saberes e os conhecimentos sistematizados. Segundo Freire (2025), a curiosidade epistemológica deve ser despertada e cultivada, pois "O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente "perseguidora" do seu objeto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo se "rigoriza", tanto mais epistemológica ela vai se tornando"(FREIRE, 2025, pp. 84 e 85). Nesse sentido, para a seleção de obras e planejamento de atividades, é fundamental escolher textos e propor questões que despertem curiosidade genuína, mobilizando educandos para investigação e reflexão crítica. Obras que problematizam questões da vida e situações sociais instigam essa curiosidade epistemológica, promovendo envolvimento ativo com textos e temáticas.

Pereira (2024) defende a ideia freireana de que a prática docente crítica exige um processo investigativo sobre o cotidiano educativo, capaz de gerar conhecimento e transformar a realidade dos sujeitos envolvidos. Para ele, é necessário a articulação entre formação, pesquisa e prática, elementos considerados essenciais para consolidar uma pedagogia emancipadora na EJA.

Portanto, a seleção de obras literárias para adultos e idosos, em processo de alfabetização, constitui desafio pedagógico complexo que exige cuidados específicos e reflexão aprofundada. Não se trata meramente de escolher "livros fáceis", mas de identificar obras que articulem acessibilidade linguística, densidade temática e potencial problematizador. A escolha de livros deve considerar múltiplas dimensões articuladas, não apenas critérios isolados, envolvendo: análise criteriosa da linguagem utilizada (clara sem ser simplista, acessível sem ser infantil); avaliação do potencial da obra para dialogar com experiências de adultos e idosos; identificação de temáticas que permitam reflexão sobre questões existenciais, sociais, econômicas e ambientais; verificação da adequação da extensão ao tempo disponível e às possibilidades de leitura compartilhada; análise das possibilidades de atividades significativas que a obra permite desenvolver; e consideração da qualidade literária e estética, garantindo que adultos e idosos tenham acesso a literatura de valor cultural.

Metodologia. A importância dessa seleção criteriosa relaciona-se diretamente com o princípio freireano do respeito aos educandos, quanto à autonomia e à dignidade de cada indivíduo, pois, "...não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela". (FREIRE, 2025, p.34). Escolher obras infantilizadas para adultos constitui desrespeito à sua dignidade; selecionar textos excessivamente complexos e inacessíveis nega-lhes direito à compreensão; optar por materiais esvaziados de criticidade impede-lhes o desenvolvimento da consciência. Os cuidados na seleção são, portanto, expressão ética do respeito aos educandos.

Ainda sobre os processos de seleção de livros, é preciso considerar e garantir: uma leitura prévia integral das obras pelo educador, avaliando todos os critérios estabelecidos; a análise das possibilidades de atividades significativas que cada obra permite; a reflexão



sobre potenciais identificações e mobilizações emocionais que podem ocorrer (particularmente importante em contextos prisionais); o planejamento de mediações necessárias para obras que abordem temas sensíveis; e consideração da sequência de obras ao longo do processo, garantindo progressão e diversidade temática.

Após a escolha das obras, a metodologia das rodas de leitura, fundamentada nos círculos de cultura propostos por Freire (2025), contribuem para garantir a horizontalidade das relações, a valorização dos saberes dos educandos e a construção coletiva de conhecimento. Nessas rodas de leitura é preciso contemplar atividades de análise e discussão antes, durante e após a leitura da obra para, como sugere Cassany (2008), ativar os conhecimentos prévios, fomentar o diálogo e participação e extrair as percepções individuais. Essa estratégia utilizada nas rodas de leitura democratiza o acesso à literatura para quem ainda não lê autonomamente; promove desenvolvimento da oralidade e da escuta; possibilita a construção coletiva de interpretações; respeita os diferentes ritmos e níveis de alfabetização e cria espaço de diálogo onde saberes são valorizados.

Essa diversificação metodológica e cuidadosa possibilita que educandos em diferentes estágios participem ativamente, contribuam com suas leituras e progridam em suas competências, garantindo que o processo educacional seja inclusivo e que a remição pela leitura seja acessível a todos, não apenas aos que já possuem maior escolarização.

O trabalho em discussão desenvolveu-se durante o ano de 2025, entre os meses de abril a outubro, articulado ao Projeto Clube de Leitura: Livros para Voar, da Colônia Penal de Simões Filho, com educandos adultos e idosos privados de liberdade, com idades entre 22 e 64, em processo de alfabetização, matriculados na etapa inicial da EJA, correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental, sem muita fluência leitora e com dificuldade em escrita ortográfica. Foi construído para garantir, simultaneamente, processo educacional significativo e acesso à remição de pena pela leitura, com a implementação de rodas de leitura semanais, de aproximadamente 180 minutos.

As obras selecionadas foram: **"O Rato e a Montanha"** (Antonio Gramsci) - narrativa alegórica sobre ações e consequências, perseverança, trabalho coletivo e transformação social através do esforço persistente, problematizando possibilidades de superação de obstáculos aparentemente intransponíveis; **"Apesar de Tudo"** (Dipacho) - tematiza resiliência, esperança e reconstrução de trajetórias diante de adversidades, dialogando com experiências de separação e superação; **"Que Planeta É Esse?"** (Regina Coeli Rennó) - problematiza responsabilidade socioambiental e impactos das ações humanas sobre o meio ambiente; **"Omar, o menino que gostava de placas"** (Tião Souza) – destaca a importância da leitura e do incentivo dos pais; **"Pai Francisco"** (Marina Miyazaki Araújo) - explora vínculos familiares, paternidade e memórias afetivas; **"A Menina da cabeça quadrada"** (Emília Nuñez) – aborda o uso das tecnologias pelas crianças; **"Capital"** (Afonso Cruz) - propõe reflexões sobre apego ao dinheiro, exploração e relações capitalistas, através de narrativa alegórica acessível.

Essas obras atendem aos critérios estabelecidos, pois são acessíveis linguisticamente, mas não infantilizadas; tratam de temas relevantes para adultos e idosos; promovem reflexão crítica sobre questões existenciais, sociais, econômicas e ambientais; possuem qualidade literária; têm extensão adequada para desenvolvimento nas rodas de leitura; e possibilitam múltiplas formas de registro para demonstração de compreensão pelos estudantes.

Para contemplar diferentes níveis de alfabetização e garantir que todos os educandos participem ativamente, as rodas de leitura estruturaram-se em cinco momentos com estratégias diversificadas:



I. Acolhimento e problematização inicial com diálogo horizontal sobre experiências e saberes dos educandos relacionados à temática da obra e todos os educandos, independentemente do nível de leitura e escrita, participam compartilhando experiências, oralmente;

II. Apresentação da obra, momento de contextualização do autor e da obra, exploração coletiva de elementos paratextuais (capa, título, ilustrações, contracapa), levantamento de hipóteses sobre o conteúdo, ativação de conhecimentos prévios, incentivando a participação ativa de educandos, que contribuem com interpretações pessoais;

III. Leitura compartilhada com estratégias diversificadas, como: leitura em voz alta pelo professor, permitindo acesso à obra para educandos ainda sem fluência leitora; participação voluntária dos educandos, respeitando níveis de confiança e competência leitora; pausas estratégicas para discussão de trechos; utilização de estratégias de predição, inferência, confirmação e visualização; releitura de trechos quando necessário;

IV. Interpretação dialógica e reflexão crítica, mediada por questões problematizadoras, que relacionam texto e contexto, obra e vida e oportuniza a participação de todos os estudantes, oralmente, independentemente de dominarem a escrita, contribuindo com suas interpretações e reflexões críticas;

V. Registro e criação em múltiplas linguagens, com o intuito de demonstrem compreensão da obra através de escrita individual ou coletiva (resumos, comentários, textos autorais inspirados nas obras), para estudantes que já dominam escrita alfabética ou estão em transição, e por meio de desenhos comentados oralmente ou com escritas de pequenos textos, com registros no quadro, para os estudantes em estágios iniciais de alfabetização.

Ao final do trabalho com cada obra discutida nas rodas de leitura, foram elaborados relatórios individuais contendo: identificação da obra; síntese das atividades realizadas nas rodas de leitura; apresentação dos registros produzidos (textos escritos, desenhos, ou transcrições de reflexões orais) e análise da compreensão e reflexão crítica desenvolvida pelo estudante. Esses relatórios são encaminhados ao Juiz da Vara de Execuções Penais de Simões Filho - BA, conforme a Resolução Nº 391, de 10 de maio de 2021, do CNJ. Foram valorizados e documentados tanto os registros escritos, quanto os que apresentaram outras linguagens, desde que expressem compreensão da obra.

Cabe destacar que os registros para remição de pena pela leitura são construídos a partir da observação da participação dos estudantes nas rodas de leitura, em sala de aula, de forma a valorizar o processo de construção de competências leitoras, da oralidade e da escrita, da formação do pensamento crítico e articulação entre a temática apresentada pela obra e as associações com questões sociais ou pessoais dos estudantes.

Conclusão. Os resultados indicam que a escolha criteriosa das obras e o cuidado com a mediação pedagógica impactam diretamente o nível de envolvimento e participação dos estudantes. Mesmo aqueles que ainda não dominam a leitura e a escrita demonstraram significativo interesse e engajamento nas discussões, revelando compreensão dos temas e identificação com os personagens e conflitos das narrativas.

Os cuidados com o planejamento das atividades para as rodas de leitura são tão importantes quanto a escolha dos livros: seleção de estratégias diversificadas que contemplem diferentes níveis de alfabetização; planejamento de questões problematizadoras, que despertem curiosidade e promovam reflexão crítica; organização de momentos que articulem leitura, discussão e produção; previsão de múltiplas formas



de participação e registros; e criação de ambiente acolhedor, onde os estudantes sintam-se confortáveis para arriscar-se na leitura e expressão conjuntamente.

A relevância do trabalho sobre as escolhas das obras e de estratégias diversificadas para as rodas de leitura expressam a necessidade de garantir que estudantes privados de liberdade, em diferentes níveis de alfabetização - desde aqueles em hipóteses pré-silábicas até os que já alcançaram hipótese alfabética, mas ainda apresentam sérias dificuldades ortográficas e sem leitura fluente, participem ativamente, progridam em suas competências e tenham condições de demonstrar compreensão das obras para fins de remição pela leitura, em atendimento ao direito previsto na Resolução n.º 391, de 10 de maio de 2021.

Assim, com escolha criteriosa de obras e estruturação de atividades, a remição pela leitura para estudantes em processo de alfabetização se concretiza e ainda viabiliza o desenvolvimento de estratégias de compreensão do texto e de registro - escrito ou através de outras linguagens - que demonstre apropriação crítica, bem como a mediação para elaboração simbólica de experiências pessoais, a construção de significados e a conexão com situações reais. Materiais excessivamente complexos podem inviabilizar o processo; materiais infantilizados não respeitam o perfil etário e experiencial dos estudantes e materiais sem densidade crítica não promovem reflexão sobre questões existenciais, sociais, econômicas e ambientais. O entendimento fundamental é que remição pela leitura deve articular-se ao processo educacional transformador e não a um cumprimento burocrático esvaziado de significado.

Palavras-chave: Critérios; Obras literárias; Remição de pena; Rodas de Leitura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação n.º 44, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Brasília: CNJ, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n.º 391, de 10 de maio de 2021. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Atos administrativos, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Decreto Lei n.º 7. 210 de 11 de julho de 1984. Instituição da Lei de Execução Penal (LEP). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, poder Executivo, Brasília, DF, 13 de julho de 1984.

CASSANY, Daniel. Oficina de Textos: compreensão leitora e expressão escrita em todas as disciplinas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 57ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 80ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

ONOFRE, E. M. C. Educação escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.



PEREIRA, Antonio. Política de Formação Docente na EJA: Avaliação, Desafios e Possibilidades. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, v. 7, n. 14, p. 11, 2024.